

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2013

SINDICATO INTERMUNICIPAL DE HOTÉIS, RESTAURANTES, BARES E SIMILARES DO TRIÂNGULO MINEIRO, ALTO PARANAÍBA E NOROESTE DE MINAS GERAIS – SIHRBS – TAN, CNPJ: 21.244.066/0001-05, com sede à Rua Coronel Manoel Alves nº 358, B. Fundinho, Uberlândia-MG - CEP: 38.400-226.

E

SINDICATO DOS EMPREGADOS EM TURISMO E HOSPITALIDADE DE UBERLÂNDIA, TRIÂNGULO MINEIRO E ALTO PARANAÍBA, CNPJ: 19.042.324/0001-10, Rua Promotor Osvaldo Afonso Borges nº 661, Bairro Roosevelt, Uberlândia-MG - CEP: 38.401-050.

CLÁUSULA 1ª – REAJUSTE SALARIAL

Os salários dos empregados pertencentes à categoria profissional representada pelo Sindicato Profissional, abrangidos por esta Convenção, serão reajustados “retroativamente” à partir de 01 de janeiro de 2013, em 8,164% (oito vírgula cento e sessenta e quatro por cento), incidentes sobre o salários praticados em 31 de dezembro de 2012, cuja vigência irá até a data de 31 de dezembro de 2013, conforme estabelecido na Cláusula 5ª deste Instrumento.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Ratificam as partes convenentes, que a DATA BASE da Categoria profissional, doravante, será sempre, o dia 1º (primeiro) de Janeiro;

PARÁGRAFO SEGUNDO - Serão compensados os aumentos espontâneos e compulsórios concedidos no período, exceção quanto aos aumentos salariais decorrentes de mérito, promoções, transferências, término de aprendizagem ou implemento de idade, os quais deverão ser reaplicados após o reajuste ora estabelecido, admitindo-se a aplicação do critério de proporcionalidade de que se trata o item XXIV da Instrução Normativa nº. 04, do TST, para os empregados admitidos após maio de 2012.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Os convenentes declaram que a aplicação dos percentuais acima mencionados, sejam na integralidade, seja de acordo com o critério da proporcionalidade, encerram toda e qualquer discussão sobre possíveis reposições de perdas salariais relativas no período de maio/2012 à dezembro/2012, posto que tais percentuais representam livre transação entre as partes.

PARÁGRAFO QUARTO – Os trabalhadores pertencentes às empresas representadas pelo Sindicato Econômico, independente das funções exercidas, são beneficiários desta Convenção Coletiva, tendo em vista que os seus empregadores não foram representados em instrumento coletivo de outras categorias econômicas.

PARÁGRAFO QUINTO – Para os empregados que ganham acima do piso salarial, haverá um reajuste, no percentual não inferior à 5,955% (cinco vírgula novecentos e cinquenta e cinco por cento) referente ao INPC acumulado no período, ficando facultado às partes, a livre negociação.

CLÁUSULA 2ª – DAS CATEGORIAS ECONÔMICAS ABRANGIDAS

Estão inseridos na presente convenção os empregados pertencentes às seguintes atividades profissionais: aluguel de quartos, bares, boites, buffets, cafés, clubes recreativos de lazer e náutico, cantinas, casas de chá, casas de cômodos, casas de fotografias e estúdios de foto, cinemas, churrascarias, clubes de dança, dormitórios, drive-in, estacionamento, hospedarias, hotéis, academias de ginástica e dança, lanchonetes, lavanderias, locadoras, lojas de conveniência, lustradores de calçados, motéis, pensionatos, pensões, pizzarias, pousadas, restaurantes, sorveterias, vídeo-locadoras, lava jato, assim como, outras organizações congêneres de gastronomia, hospedagem, turismo e similares.

CLÁUSULA 3ª – DIFERENÇAS SALARIAIS

As eventuais diferenças salariais, a partir do dia 1º de janeiro de 2013, decorrentes dos reajustes previstos nesta Convenção Coletiva, deverão ser pagas até o quinto dia útil do mês de fevereiro de 2013, respectivamente;

CLÁUSULA 4ª – ADIANTAMENTO SALARIAL

Os empregadores concederão adiantamento salarial a seus empregados, até o dia 20 de cada mês, no valor correspondente a 30% (trinta por cento) do salário base nominal, desde que requeridos pelos mesmos até o dia 10 (dez) de cada mês. Caso haja interesse dos empregados e empregadores, o vale quinzenal poderá ser substituído por cartões de crédito, até o limite de 40% do salário do empregado.

CLÁUSULA 5ª – PISO SALARIAL




PARÁGRAFO ÚNICO - Os pisos salariais da categoria a partir de 1º de janeiro de 2013, serão de:




- R\$ 795,00 para a jornada de 220:00 horas
- R\$ 650,00 para a jornada de 180:00 horas
- R\$ 795,00 para a jornada de 12x36 horas

PARÁGRAFO SEGUNDO – As empresas poderão conceder a seu critério “benefício alimentação” em moeda corrente, não constituindo tal liberalidade, em parcela salarial ou acessórias dela decorrentes.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Somente farão jus ao benefício alimentação (parágrafo 2º), aqueles trabalhadores, que o receberam por liberalidade da empresa, e, que durante o mês não tiverem faltas injustificadas.

PARÁGRAFO QUARTO – Será permitida a contratação de empregados denominados “horistas”, nos termos previstos na CLT, cujo valor mínimo da hora, será de R\$ 4,23 (a partir de janeiro de 2013), mais o acréscimo do DSR, e, do adicional de 8% de produtividade (cláusula 8ª);

PARÁGRAFO QUINTO – Aos Empregados das Empresas de Fast Food e Similares, contratados como “horistas”, será garantido o piso salarial mínimo, no valor correspondente à 180:00 hs, conforme Cláusula 5ª - Parágrafo Único, mais o acréscimo do DSR, e, do adicional de 8% de produtividade (cláusula 8ª), desde que a empresa conste com mais de 15 (quinze) funcionários;

CLÁUSULA 6ª – GARANTIA MÍNIMA

Aos empregados que recebam salário à base de comissões, ou que tenham salários variáveis, fica assegurado, como garantia mínima, observada o valor equivalente ao piso salarial ajustado neste instrumento coletivo, observando-se a jornada de trabalho disposto na cláusula 5ª deste instrumento.

CLÁUSULA 7ª – CONTRATAÇÕES

Os empregados admitidos não poderão perceber remuneração inferior a dos empregados dispensados, desde que admitidos para a mesma função, e que tenham trabalhado para a mesma empresa, sendo necessário a comprovação de experiência anterior de no mínimo dois anos na CTPS, ressalvados os termos do art. 461 da CLT.

CLÁUSULA 8ª – ADICIONAL DE PRODUTIVIDADE

As empresas concederão a seus empregados uma quantia mensal no valor correspondente a 8,0% (oito por cento), incidente sobre o salário base fixo mensal do empregado, a título de produtividade.

CLÁUSULA 9ª – QUEBRA DE CAIXA

As empresas remunerarão os empregados que exerçam a função de caixa, como prêmio mensal de caráter indenizatório, com o valor de R\$ 98,00 (noventa e oito reais), a título de quebra de caixa, sendo que tal valor não repercutirá em nenhuma parcela salarial.

Parágrafo Primeiro - Fica estabelecido que o empregado – caixa, ao entregar o seu acerto à tesouraria, deverá apresentar demonstrativo de valores e notas correspondentes, e caso haja alguma diferença em sua prestação de contas, deverá apresentar de imediato o “vale” correspondente à falta apontada, devidamente assinada.

Parágrafo Segundo - Havendo no demonstrativo do acerto de caixa qualquer diferença, e o empregado – caixa não tiver assinado o “vale” da falta apresentada por ele, deverá, no primeiro dia após a conferência de seu caixa, assinar o documento representativo da diferença encontrada, devendo objetivamente constar no documento “falta de caixa”.

CLÁUSULA 10ª – QUINQUÊNIO OU ADICIONAL DE ANTIGÜIDADE

Aos trabalhadores que completarem 5 (cinco) anos ininterruptos de trabalho para a mesma empresa, ser-lhe-á concedido um abono, mês a mês, no valor equivalente a 4% (quatro por cento), calculado sobre o salário base fixo mensal, integrando ao salário, ressalvando-se que no mês em que o trabalhador tiver falta no trabalho injustificada, o benefício não será devido no mês da falta.

PARÁGRAFO ÚNICO – Aos trabalhadores que percebam remuneração à base de comissões, o valor do adicional de quinquênio será calculado pela média dos seis últimos meses.

CLÁUSULA 11ª – ADICIONAL NOTURNO

Fica estabelecido o adicional de 20% (vinte por cento) a título de adicional noturno, que será calculado sobre o valor do salário, refletindo em descansos semanais remunerados. Considera-se horário noturno aquele compreendido entre as 22:00 às 05:00 horas.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Observa-se que caso o empregado prolongue seu horário após as 05:00 horas, incidirá o adicional noturno e reflexos, até o horário em que o mesmo encerrar sua jornada.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Exclusivamente na jornada 12x36 em toda sua extensão a hora será de 60 minutos inclusive no período noturno.

CLÁUSULA 12ª – HORAS EXTRAS

As horas extras serão pagas com um adicional de 65% (Sessenta e Cinco por cento) incidentes sobre o valor da hora normal.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Os gerentes, sub-gerentes, ou chefes de setores, ou quaisquer outras denominações, não farão jus ao pagamento de horas extras, nos termos preconizados no artigo 62, II, da CLT, desde que recebam, obrigatoriamente, o valor referente à 40% incidente sobre o salário base, devidamente discriminado em contra-cheques.

PARÁGRAFO SEGUNDO – As empresas que optarem pela jornada de 07:20 (sete horas e vinte minutos) de efetivo labor por dia, durante seis dias da semana, pagarão as horas excedentes de 44:00 (quarenta e quatro) horas semanais como extras, acrescidas com o adicional acima estabelecido, ou poderá compensá-las nos termos do banco de horas.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Todas as horas trabalhadas pelo empregado, serão registradas em cartões de ponto, manual, mecânicos ou eletrônicos, independentes do número de funcionários.

PARÁGRAFO QUARTO – Os cartões de ponto dos empregados deverão ser assinados mensalmente pelos mesmos, ficando ao encargo de cada empresa a data mais apropriada para o fechamento dos pontos.

CLÁUSULA 13ª – HORAS EXTRAS DOS COMMISSIONISTAS

As comissões percebidas pelos empregados integram o salário base para efeito de cálculo de pagamento de horas extras, repouso semanal remunerado.

CLÁUSULA 14ª – CÁLCULO DA MÉDIA DAS HORAS EXTRAS

Para efeito de reflexos das horas extras nos cálculos de férias, adicionais, aviso prévio, 13º salários e verbas rescisórias, os empregados terão por base a média das horas extras realizadas nos últimos seis meses de trabalho.

CLÁUSULA 15ª – MÉDIA SALARIAL

Para efeito de cálculo da média salarial dos empregados que percebam comissões ou que tenham salário variável, para quaisquer efeitos ou finalidades, serão tomados por base os 06 (seis) últimos meses de trabalho.

CLÁUSULA 16ª – INTERVALO PARA LANCHE

Fica estabelecido um intervalo diário de 10 (dez) minutos para lanche dos empregados. O lanche será fornecido "gratuitamente" pelos empregadores, não constituindo tal benefício um "plus" salarial.

CLÁUSULA 17ª – INTERVALO P/ REPOUSO ALIMENTAÇÃO

Fica convencionado entre as partes que o intervalo para repouso e alimentação dos empregados será de no mínimo de 01 (uma hora) e no máximo de até 05 (cinco) horas.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – De acordo com as necessidades da empresa, o intervalo intrajornada poderá ser concedido ao funcionário em qualquer momento da jornada diária.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Na jornada 12x36 haverá obrigatoriamente o intervalo de 1 hora concedido dentro da jornada, garantindo assim a integralidade do descanso de 36 horas.

CLÁUSULA 18ª – CHEQUES SEM FUNDOS

É vedado o desconto de valores correspondentes a cheques sem fundos recebidos de clientes, desde que o empregado tenha cumprido todas as normas estabelecidas pela empresa quanto ao recebimento de cheques, normas estas que deverão ser esclarecidas ao empregado por escrito.

CLÁUSULA 19ª – DESCONTOS NOS SALÁRIOS

Os descontos nos salários dos empregados em caso de danos por eles causados no desempenho de suas funções poderão ser descontados, desde que devidamente comprovado, nos termos do artigo 462, da CLT, independente de dolo ou culpa.

CLÁUSULA 20ª - FÉRIAS PROPORCIONAIS

As empresas pagarão aos seus empregados demissionários, férias proporcionais, independentes da quantidade de meses trabalhados.

CLÁUSULA 21ª – AVISO PRÉVIO - LEI 12.506/11

Fica dispensado o cumprimento do aviso prévio, o empregado dispensado, ou demissionário, que tiver conseguido outro trabalho, sem ônus para as partes, desde que devidamente comprovado perante a empresa através de uma declaração do seu novo empregador. (SÚMULA Nº 276 – TST)

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Fica facultado às empresas liberar o empregado demitido da prestação de serviços durante o prazo do aviso prévio, ficando o mesmo em seu domicílio, sem prejuízo do salário, devendo o empregador efetuar o pagamento das verbas rescisórias no primeiro dia útil após o vencimento do prazo do aviso prévio.

PARÁGRAFO SEGUNDO – No caso de dispensa do cumprimento do aviso prévio pelo empregador, a empresa deverá fazer constar a observação no verso do aviso prévio concedido, sob pena de nulidade.

PARÁGRAFO TERCEIRO – O cumprimento do aviso prévio, se dará em acordo com os termos da Lei 12.506/11, sob pena de indenização pecuniária;

CLÁUSULA 22ª – DISPENSA POR JUSTA CAUSA

No caso de despedida por justa causa, a empresa comunicará por escrito ao empregado, o motivo da rescisão contratual, sob pena de não o fazendo, não poder alegar em juízo o justo motivo para a rescisão.

CLÁUSULA 23ª – DATA DA HOMOLOGAÇÃO

A empresa empregadora comunicará, por escrito, ao empregado, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias da data do acerto, horário e o local para a homologação da rescisão contratual.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – No dia marcado para a homologação, de acordo com o prazo determinados em lei, o não comparecimento do empregado ou qualquer indisponibilidade para a homologação por parte do Sindicato profissional, este se obriga a fornecer à empresa um comprovante de seu comparecimento, desobrigando-a do pagamento de qualquer multa, sendo neste ato, marcada nova data e horário para a homologação, ressaltando que quando o prazo legal recaia em sábados, domingos e feriados, deverão ser prorrogados para o primeiro dia útil posterior, sob pena do pagamento da multa do art. 477 da CLT.

PARÁGRAFO SEGUNDO – As homologações das rescisões dos contratos de trabalho serão obrigatoriamente formalizadas perante o Sindicato Profissional, admitindo-se, porém, onde não haja representação sindical, serão realizadas junto ao Ministério do Trabalho, ou órgão equivalente, nos termos do artigo 477, §§ 1º e 3º, da CLT, nas localidades.

CLÁUSULA 24ª – HOMOLOGAÇÕES

As rescisões de contrato de trabalho dos empregados que tenham completado 12 (doze) meses de serviço, e que sejam abrangidos por esta convenção coletiva, serão homologadas pelo Sindicato Profissional, em sua sede, na Rua: Promotor Osvaldo Afonso Borges nº 661 Bairro: Presidente Roosevelt, na cidade de Uberlândia-MG – CEP: 38401-050 – Fone: (34) 3236-6403.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - No ato da homologação as empresas deverão apresentar as guias de recolhimento das contribuições e descontos sindicais, patronais e profissionais, dos últimos 03 (três) meses.

CLÁUSULA 25ª – ALEITAMENTO

Para amamentar o próprio filho, até que este complete 6 (seis) meses de vida, a mulher empregada terá o direito a dois descansos especiais de meia hora cada um, durante a jornada de trabalho, ou ainda, a jornada de trabalho poderá ser reduzida em uma hora, havendo comum acordo entre empregador e empregada.

CLÁUSULA 26ª – UNIFORMES E EPIS (Equipamento de Proteção Individual)

As empresas fornecerão aos seus empregados, gratuitamente, uniforme e/ou EPI desde que conste tal exigência em suas normas, não constituindo tal liberalidade, parcela integrante de salários. Quando da rescisão contratual, por qualquer motivo, o empregado fica obrigado a devolver o uniforme e EPI usado. Da mesma forma, quando necessária a substituição ou reposição de uniforme ou do EPI por um novo, o empregado fica obrigado a devolver o que está sendo substituído, sob pena de pagamento de 50% (cinquenta por cento) do valor do novo uniforme ou EPI.

CLÁUSULA 27ª – EMPREGADO ESTUDANTE

Fica proibida a prorrogação ou alteração da jornada de trabalho de empregado estudante durante o ano letivo, caso prejudique o seu comparecimento às aulas.

PARÁGRAFO ÚNICO – As faltas ao trabalho por motivo de provas escolares, em qualquer grau, serão abonadas desde que o empregado informe à empresa com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, e comprovado posteriormente, o seu comparecimento à realização das provas ou exames.

CLÁUSULA 28ª – EMPREGADO EM VIAS DE APOSENTADORIA

Fica assegurada estabilidade provisória ao empregado em vias de aposentar-se por tempo de serviço ou por idade durante seis meses anteriores à implementação da carência necessária à obtenção dos benefícios previdenciários.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Fará jus ao benefício desta cláusula o empregado que contar com pelo menos cinco anos ininterruptos de serviço dentro da mesma empresa.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A concessão da estabilidade prevista nesta cláusula dependerá da comprovação, pelo empregado, da contagem do tempo de serviço que lhe assegure o direito a tal benefício.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A concessão prevista nesta cláusula ocorrerá uma única vez, podendo a obrigação ser substituída, em caso de dispensa sem justa causa, por uma indenização correspondente aos salários devidos no período restante para o término da estabilidade, não se aplicando estas vantagens nas hipóteses de dispensa por justa causa, encerramento de atividades do estabelecimento empregador, ou por pedido de demissão.

CLÁUSULA 29ª – DISPENSA DO DIRIGENTE SINDICAL

Concede-se ao dirigente sindical eleito para o cargo de Presidente, ou seu substituto legal, licença remunerada de até 04 (quatro) faltas ao mês para o exercício da atividade sindical, sem prejuízo de seu tempo de serviço, do período de férias e do pagamento do décimo terceiro salário e do repouso semanal remunerado.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A requisição da licença, por escrito, será dirigida à empresa pelo Presidente do Sindicato ou seu substituto legal, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas.

PARÁGRAFO SEGUNDO – No caso do dirigente sindical, Presidente, ou seu substituto, decidir ou tiver obrigação de permanecer em definitivo no comando do seu Sindicato, a entidade profissional ficará responsável pelo pagamento de seus salários mensais, ficando a empresa empregadora dos mesmos, responsável pelo pagamento dos valores fundiários e previdenciários durante o período em que perdurar o afastamento.

CLÁUSULA 30ª – ESTABILIDADE PARA GESTANTE

Fica vedada a dispensa da gestante desde a concepção até trinta dias após a garantia estabelecida em Lei. Não será considerado este período para cumprimento de aviso prévio.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A empregada, caso esteja grávida, deverá apresentar à empresa atestado médico comprobatório de sua gravidez anterior ao aviso prévio, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias após a data do recebimento do aviso prévio, sob pena de decadência do direito previsto nesta cláusula, perdendo sua garantia de emprego e o direito à reintegração ou indenização equivalente.

SÚMULA Nº244 / TST - GESTANTE. ESTABILIDADE PROVISÓRIA (redação do Item III alterada na sessão do Tribunal Pleno realizada em 14.09.2012) - Res. 185/2012 – DEJT divulgado em 25, 26 e 27.09.2012

I - O desconhecimento do estado gravídico pelo empregador não afasta o direito ao pagamento da indenização decorrente da estabilidade (art. 10, II, "b" do ADCT).

II - A garantia de emprego à gestante só autoriza a reintegração se esta se der durante o período de estabilidade. Do contrário, a garantia restringe-se aos salários e demais direitos correspondentes ao período de estabilidade.

III - A empregada gestante tem direito à estabilidade provisória prevista no art. 10, inciso II, alínea "b", do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, mesmo na hipótese de admissão mediante contrato por tempo determinado.

CLÁUSULA 31ª – ESTABILIDADE - AUXÍLIO ACIDENTÁRIO

Será garantida a estabilidade no emprego ao empregado sob o gozo do auxílio acidente, até trinta dias após a estabilidade garantida em lei, em especial, quando o evento resultar de acidente no trabalho, ou de trajeto.

**ESTABILIDADE PROVISÓRIA. ACIDENTE DO TRABALHO.
ART. 118 DA LEI Nº 8.213/1991. (inserido item III) - Res. 185/2012,
DEJT divulgado em 25, 26 e 27.09.2012.**

I - É constitucional o artigo 118 da Lei nº 8.213/1991 que assegura o direito à estabilidade provisória por período de 12 meses após a cessação do auxílio-doença ao empregado acidentado. (ex-OJ nº 105 da SBDI-1 - inserida em 01.10.1997).

II - São pressupostos para a concessão da estabilidade o afastamento superior a 15 dias e a consequente percepção do auxílio-doença acidentário, salvo se constatada, após a despedida, doença profissional que guarde relação de causalidade com a execução do contrato de emprego. (primeira parte - ex-OJ nº 230 da SBDI-1 - inserida em 20.06.2001).

III - O empregado submetido a contrato de trabalho por tempo determinado goza da garantia p provisória de emprego decorrente de acidente de trabalho prevista no n no art. 118 da Lei nº 8.213/91.

CLÁUSULA 32ª – ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA

As empresas prestarão assistência judiciária a seus empregados que exerçam as funções de seguranças ou correlatas, até o trânsito em julgado de decisão, quando os mesmos, no exercício de função e na defesa dos legítimos interesses e direitos dos empregadores, incidirem na prática de atos que ensejam procedimentos penais, o que farão através de advogados.

CLÁUSULA 33ª – FILIAÇÃO

As empresas, dentro de suas possibilidades, colaborarão com a entidade sindical profissional na sindicalização de seus empregados, em especial na admissão. Fica pactuado também, que quando for solicitada pelo sindicato profissional, a empresa permitirá a filiação sindical nos locais de trabalho, com hora, dia e tempo marcado anteriormente pelo empregador.

CLÁUSULA 34ª – DESCONTO DE MENSALIDADE DE FILIAÇÃO

As empresas descontarão mensalmente na folha de pagamento de seus empregados, desde que por eles expressamente autorizados, as mensalidades destinadas ao sindicato profissional devida em virtude de filiação facultativa, cujo recolhimento deverá ser efetuado até o oitavo dia útil do mês subsequente ao de referência.

CLÁUSULA 35ª – CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL PROFISSIONAL

No mês de fevereiro de 2013, os empregadores recolherão em parcela única, a contribuição assistencial de acordo com a aprovação da Assembléia Geral, a importância de 8,0% (oito por cento), sobre o salário mensal, até o limite de dois (02) pisos salariais da categoria e descontada de seus funcionários no mês de janeiro de 2013, e depositado na agência do Banco do Brasil S/A, conta 4118-1 – agência 0098-1, mediante guia própria a ser fornecida pelo Sindicato Profissional. Para os empregados admitidos no período de janeiro/2013 à dezembro de 2013, o mencionado recolhimento dar-se-á no mês subsequente ao da admissão. O empregador que descontar e não recolher, ficará sujeito ao pagamento da quantia pactuada, acrescida de multa de 2% (dois por cento) ao mês e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, sem prejuízo da atualização monetária. Até o dia 10 do mês de abril de 2013, as empresas deverão remeter ao Sindicato Profissional listagem contendo os nomes e respectivos salários de seus funcionários, para fins de conferência e atualização cadastral.

Parágrafo primeiro - Conforme (TAC nº 153/2009 – SETH-TAP X MPTb) Fica garantido aos funcionários abrangidos por esta Convenção Coletiva de Trabalho, o direito à oposição de forma ampla, à qualquer momento durante a sua vigência, de forma individual e não coletiva, através de formulário fornecido pelo Sindicato, devidamente preenchido e assinado pelo trabalhador, protocolado junto ao Sindicato (ou protocolado via correio, caso labore fora do Município de Uberlândia), sempre de maneira individual, não sendo admitida remessa em Grupo ou por parte das Empresas, ficando à cargo do Sindicato, a comunicação à Empresa, das oposições protocoladas.

Parágrafo segundo - As empresas não responderão por quaisquer controvérsias que possam surgir entre os trabalhadores e o seu Sindicato classista em razão do desconto acima estabelecido.

CLÁUSULA 36ª – CONTRIBUIÇÃO CONFEDERATIVA

A partir do mês de fevereiro de 2013, e excetuando os meses em que houver outras contribuições a favor do Sindicato Obrero, os empregadores descontarão como simples intermediários, dos salários de todos os seus empregados, mensalmente, a importância de 1,0% (um por cento) incidente sobre o salário fixo individual, a título de Contribuição Confederativa, e que será repassada ao Sindicato Obrero, através de depósito a ser realizado junto à Caixa Econômica Federal, conta 500.248-7, Agência 0161, mediante guia própria a ser fornecida pelo Sindicato profissional. O depósito deverá ser efetuado até o dia 20 do mês subsequente ao desconto.

Parágrafo primeiro – A distribuição dos valores recolhidos será efetuada da seguinte forma:

- a)- 85% (oitenta e cinco por cento) para o Sindicato dos Empregados em Turismo e Hospitalidade de Uberlândia;
- b)- 10% (dez por cento) para a Federação dos Empregados em Turismo e Hospitalidade de Minas Gerais e;
- c)- 05% (cinco por cento) para a Confederação Nacional dos Empregados em Turismo e Hospitalidade.

Parágrafo segundo - Conforme (TAC nº 153/2009 – SETH-TAP X MPTb) Fica garantido nos funcionários abrangidos por esta Convenção Coletiva de Trabalho, o direito à oposição de forma ampla, à qualquer momento durante a sua vigência, de forma individual e não coletiva, através de formulário fornecido pelo Sindicato, devidamente preenchido e assinado pelo trabalhador, protocolado junto ao Sindicato (ou protocolado via correio, caso labore fora do Município de Uberlândia), sempre de maneira individual, não sendo admitida remessa em Grupo ou por parte das Empresas, ficando à cargo do Sindicato, a comunicação à Empresa, das oposições protocoladas.

Parágrafo terceiro – As empresas não responderão administrativas e nem judicialmente, por quaisquer controvérsias que possam surgir em razão do desconto acima estabelecido, sendo tal responsabilidade de total competência do Sindicato dos Trabalhadores.

CLÁUSULA 37ª – TAXA ASSISTENCIAL PATRONAL

As empresas, beneficiadas em decorrência desta Convenção Coletiva, sindicalizadas ou não, recolherão, obrigatória e mensalmente, a favor do Sindicato Intermunicipal de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares do Triângulo Mineiro, Alto Paranaíba e Noroeste de Minas Gerais, as importâncias constantes da tabela abaixo, a título de Contribuição Assistencial Patronal, com vistas ao aprimoramento de suas atividades estatutárias, acrescidas das despesas de boleta bancária e postagem, conforme aprovado em reunião.

Nº de empregados na empresa	Valor da contribuição
Sem empregados	R\$ 82,00
De 01 a 10 Emp.	R\$ 93,00
De 11 a 20 Emp.	R\$ 111,00
De 21 a 30 Emp	R\$ 138,00
De 31 a 50 Emp	R\$ 210,00
De 51 a 70 Emp	R\$ 283,00
De 71 a 100 Emp.	R\$ 354,00
Acima de 100 Emp	R\$ 419,00

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A contribuição assistencial patronal mencionada nesta cláusula deverá ser recolhida até o dia 10 (dez) do mês subsequente ao vencido (Ex: mês de janeiro/13, recolher até o dia 10.02.13), através de guia própria a ser fornecida pela Entidade Patronal, localizada na Rua Coronel Manoel Alves, nº 358, bairro Tabajaras, telefone 3236-1141. As empresas que tiverem o início de suas atividades no período de fevereiro de 2013 até dezembro de 2013 deverão começar a recolher a contribuição assistencial até o dia 10 (dez) do mês seguinte à abertura. O recolhimento da contribuição assistencial fora do prazo, será acrescido de multa de 2% (dois por cento) ao mês, sem prejuízo da atualização monetária, mais juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. O término da vigência desta Convenção Coletiva não exclui as empresas do cumprimento da obrigação instituída na presente cláusula.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A empresa que, por qualquer motivo, não retirar a guia na sede do Sindicato Patronal, poderá fazer o recolhimento mediante depósito do valor correspondente, dentro do prazo fixado, diretamente junto à Caixa Econômica Federal, conta nº 00.502.232-7, Agência 0162, centro, sendo favorecido o Sindicato Intermunicipal de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares do Triângulo Mineiro, Alto Paranaíba e Noroeste de Minas Gerais – SHIRBS-TAN.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A contribuição também será devida em caso de festas promovidas com a venda de ingressos ou convites, de qualquer natureza ou modalidade, ficando as empresas que se enquadrarem no caput desta cláusula isentas da contribuição. Dos demais realizadores de eventos será cobrada a contribuição que será calculada por estimativa, na razão de três pessoas por metro quadrado, nos valores discriminados a seguir:

até 500 pessoas	R\$	124,00
de 501 a 1000 pessoas	R\$	242,00
de 1001 a 5.000 pessoas	R\$	478,00
acima de 5.000 pessoas	R\$	714,00

I – O Sindicato Patronal somente emitirá a guia para o pagamento da contribuição mediante a apresentação dos seguintes documentos:

- a)- autorização expedida pelo Juizado de Menores da Comarca;
- b)- autorização expedida pela Polícia Militar;
- c)- autorização e o projeto aprovado pelo Batalhão do Corpo de Bombeiros;
- d)- guia de recolhimento da contribuição assistencial profissional;
- e)- guia de recolhimento do ISS.

II)- O pagamento deverá ser realizado, através de guia própria fornecida pelo Sindicato patronal, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias da realização do evento.

CLÁUSULA 38ª – AÇÃO DE CUMPRIMENTO

As empresas reconhecem a legitimidade do Sindicato Profissional, solidário ou independente, para ajuizar ação de cumprimento perante a Justiça do Trabalho, no caso das cláusulas desta Convenção Coletiva de Trabalho e demais normas trabalhistas não serem cumpridas independentes da outorga de mandatos dos empregados substituídos, devendo existir, entretanto lista dos beneficiados.

CLÁUSULA 39ª – MULTA POR VIOLAÇÃO DA C. C. T.

Se violadas quaisquer uma das cláusulas previstas nesta Convenção Coletiva, ficará o infrator obrigado ao pagamento de uma única multa equivalente a 30% (trinta por cento) do valor do salário mínimo vigente, vertida em favor da parte prejudicada.

CLÁUSULA 40ª – DAS PROMOÇÕES

Sempre que um trabalhador for promovido, tal promoção deverá vir acompanhada de um correspondente aumento salarial, ou da correspondente equiparação salarial, e de acordo com o Plano de Cargos e Salários de cada empresa.

CLÁUSULA 41ª – DA TAXA DE SERVIÇOS (10%)

Fica autorizada a cobrança da taxa de serviços, cujo valor será de 10% (dez por cento) a ser cobrada na nota de despesas dos clientes, desde que parte da referida taxa (60% do total arrecadado) seja repassada aos funcionários, de acordo com a tabela de pontuação de cada empresa, e o restante (40%) será utilizado para quitar encargos sociais, trabalhistas e tributários. Ficando vedada a imposição de limite mínimo de venda mensal, para fins de remuneração.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – É lícito às empresas contratarem e remunerarem seus empregados só com a taxa de serviço. Para efeito de cálculos de aviso prévio, férias, décimo terceiro, serão consideradas a média dos seis últimos meses de remuneração, e para o cálculo do adicional noturno o percentual será de 20% (vinte por cento) sobre a remuneração. Aplica-se no presente caso o disposto na cláusula 5ª deste instrumento.

CLÁUSULA 42ª – DA COBRANÇA DA TAXA DE SERVIÇOS

Fica autorizado às empresas a cobrança de taxa de serviços, mediante as seguintes condições:

- nos estabelecimentos onde se tenha opção de o consumidor, se servir diretamente no balcão, é vedada a cobrança de 10% (dez por cento) a título de gorjeta; porém, se o consumidor optar por ser servido na mesa, fica autorizada a cobrança dos 10% (dez por cento) de gorjeta.
- Nos estabelecimentos de auto-serviço, tais como self-service e fast food e etc, fica vedado à cobrança de 10% (dez por cento) de gorjeta.
- Nos estabelecimentos de serviço de rodízio, fica autorizada a cobrança de 10% (dez por cento) de gorjeta.
- Nos estabelecimentos de hospedagem, fica autorizado à cobrança de 10% (dez por cento) de gorjeta.
- Mediante requerimento das empresas, e no prazo máximo de dois dias úteis contados a partir do protocolo, o Sindicato Profissional em conjunto com o Sindicato Patronal, fornecerão gratuitamente, declaração escrita autorizando a cobrança da taxa de serviços.
- Fica obrigatória a fixação em local visível, dentro das dependências dos estabelecimentos comerciais, assim como, fazerem parte integrante dos cardápios, a exposição das normas estabelecidas.

CLÁUSULA 43ª – COMISSÃO MISTA SINDICAL DE CONCILIAÇÃO

A Comissão Mista de Conciliação, nos termos de seus estatutos, é parte desta Convenção Coletiva, com objetivo de promover a mediação entre trabalhadores e empregadores, em caso de divergências exclusivamente de ordem trabalhista entre eles (artigo 625 caput da CLT), sendo que a C.M.C. será composta de dois representantes do Sindicato Profissional e dois do Sindicato dos Empregadores.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Com fundamento no artigo 625-D, da CLT, o termo lavrado por ela valerá como decisão irrecorrível, cujos direitos e parcelas forem especificadamente transacionadas e/ou acordadas, não podendo ser discutidas em qualquer juízo, uma vez que seus efeitos jurídicos serão aqueles previstos no parágrafo único, do artigo 831, da CLT, devendo, no entanto, ser cumprido nos moldes ajustados conforme previsto no artigo 835 da CLT.

13

PARÁGRAFO SEGUNDO – Quando das audiências de conciliações, que são obrigatórias para a categoria profissional, será permitida a cobrança de uma taxa de conciliação no valor de R\$ 80,00 (oitenta reais) para as empresas associadas ao Sindicato Patronal, desde que tenham efetivamente pago em dia suas contribuições, que será utilizada para a manutenção da estrutura física da C.M.C. O valor da taxa será de responsabilidade da empresa. Àquelas empresas que não forem associadas será permitida a cobrança de uma taxa de conciliação no valor de R\$ 120,00 (cento e vinte reais), sendo que o não pagamento implicará em execução.

PARÁGRAFO TERCEIRO – As partes convenentes, pactuam pela manutenção da obrigatoriedade de submissão dos membros da categoria profissional, perante a CMC – Comissão Mista de Conciliação, para fins de promoverem a mediação prévia entre patrão e empregado, em caso de divergências exclusivamente de ordem trabalhista;

CLÁUSULA 44ª – PESSOAL EXTRA

Quando necessário, as empresas poderão contratar prestadores de serviços autônomos, denominados “extra”, “free-lance” ou “eventual”. A remuneração pelos serviços a serem executados deverá ser acertada entre as partes interessadas, e o pagamento do que foi combinado há que ser realizado ao final diário da prestação de serviço. Desde que não sejam configurados os requisitos do art. 3º da CLT não haverá vínculo empregatício.

CLÁUSULA 45ª – SERVIÇOS AUTÔNOMOS - EXTRAS

Os trabalhadores eventuais (autônomos), comprovadamente inscritos junto ao INSS e Prefeitura Municipal, terão suas atividades regidas pelas normas a seguir;

Parágrafo Primeiro – DAS ATIVIDADES PROFISSIONAS ABRANGIDAS:

Os trabalhadores (garçons, cozinheiros, copeiros, serviços gerais, e atividades correlatas), que prestarem serviço de forma EVENTUAL (AUTÔNOMO), para as Empresas de PROMOÇÕES E EVENTOS / BUFFETS, PARTICULARES (RESIDÊNCIAS), CLUBES (SOCIAIS), MICARETAS, FESTIVAIS, e/ou, EVENTOS SIMILARES, terão regras específicas para contratação;

Parágrafo Segundo – DA REMUNERAÇÃO:

Fica estabelecido, que a partir de 01 de JANEIRO de 2013, a REMUNERAÇÃO MÍNIMA a ser paga aos trabalhadores autônomos no valor de R\$ 106,00 (cento e seis reais);

Parágrafo Terceiro: Os valores da remuneração, ora fixado, terão validade até a data de 31/12/2013, quando, então, deverão ser obrigatoriamente reajustados na data base da Categoria Profissional (1º de janeiro de 2014), conforme estabelecido em Convenção Coletiva de Trabalho;

Parágrafo Quinto – DA JORNADA LABORAL E HORAS EXCEDENTES:

O valor das remunerações ora fixados, referem-se à jornada laboral de 10:00 (dez) horas “de efetivo labor” na prestação de serviços, ora denominada, DIÁRIA;

14

a) - Não se admitirá o fracionamento da jornada de trabalho, devendo o prestador de serviço eventual, ser remunerado na quantia integral, independente da quantidade de horas trabalhadas;

b) - No caso de VIAGEM para prestação de serviços, os Contratantes se "obrigarão" a remunerar os Contratados, na quantia de R\$ 147,00 (cento e quarenta e sete), por cada evento/diária laborada pelo Profissional, independente da atividade a ser exercida;

c) - Caso haja necessidade de trabalho, em jornada excedente às 10:00hs., pré fixadas, haverá REMUNERAÇÃO EXTRA, por cada hora excedente, devidamente acrescida do percentual de 65% (sessenta e cinco por cento);

d) - O horário despendido para alimentação e/ou lanche, não será computado na jornada efetiva de trabalho prestado;

e) - As Empresas e Contratantes, "promoverão" a anotação da JORNADA DE TRABALHO dos AUTÔNOMOS Contratados, para a apuração das DIÁRIAS contratadas, e, remuneração pelo labor "excedente", independente da quantidade de Mão de Obra a ser utilizada em cada Evento;

Parágrafo Sexto – DAS ATIVIDADES EXERCIDAS PELOS GARÇONS:

Fica convenção que, entre as atividades inerentes aos GARÇONS, consiste a Montagem MESA/IMPLAST:

a) - NÃO se admitirá, sob quaisquer alegações, a imposição de serviços aos GARÇONS, tais como: Serviços de montagem e desmontagem de palco e som, carregar e descarregar cargas de quaisquer natureza, sejam estas, antes, durante, e/ou, após os eventos, para os quais forem contratados, conforme consta dos respectivos CBO's;

b) - Os contratados para exercer a função de GARÇONS, deverão comparecer ao local de trabalho, munidos de ABRIDOR DE GARRAFAS/VINHOS e BANDEIJAS;

Parágrafo Sétimo – DA REGULAMENTAÇÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL:

Fica convenção que, para a Contratação de Serviços Profissionais AUTÔNOMOS, as Empresas e Contratantes, deverão EXIGIR que os profissionais contratados, estejam inscritos no Setor do ISS do Município, assim como, junto ao INSS, como TRABALHADORES AUTÔNOMOS, e ainda, que estejam em dia com o seu recolhimento, sob pena de não poderem utilizar de seus serviços;

a) - Desde que sejam respeitadas as Cláusulas e Condições de Trabalho, contidas na presente CCT, assim como, NÃO estejam configurados os requisitos do art. 3º da CLT, não haverá que se alegar vínculo empregatício;

b) - Os Contratantes pagarão aos Contratados, mediante RPA – Recibo de Pagamento Autônomo, retendo a alíquota pertinente no INSS, se obrigando no repasse das mesmas, ao referido Órgão, repassando de imediato, uma CÓPIA do RPA ao Contratado;

Parágrafo Oitavo – DOS UNIFORMES:

Fica convenção que, os Contratados para prestação de serviços de GARÇONS, deverão se apresentar trajando: Calça Preta, Cinto Preto, Camisa Branca, Gravata e Sapato Preto, estes, devidamente limpos e higienizados;

Caput - Caso haja a exigência de UNIFORMES e/ou VESTIMENTAS, fora dos padrões especificados no CAPUT desta Cláusula, estes deverão ser providenciados, e/ou, arcados pelos Contratantes que o exigirem;

Parágrafo Nono – DA NECESSIDADE DE VIAGEM PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS:

Fica convenção que, em caso de necessidade de VIAGEM para fins prestação de serviços, independente da Atividade desenvolvida pelo Profissional Contratado, os Contratantes se "obrigarão" a fornecer aos Contratados, TRANSPORTE, ALOJAMENTO e ALIMENTAÇÃO, dentro dos padrões de segurança e higiene, exigidos por Lei, durante todo o período em que estiverem à disposição do Contratante;

CLÁUSULA 46ª – DAS FALTAS DOS COMMISSIONISTAS

Os descontos de valores de eventuais faltas dos empregados comissionistas, serão realizados somente sobre o valor correspondente ao DSR do dia faltante;

CLÁUSULA 47ª – DA COMPENSAÇÃO DE HORAS EXTRAS (BANCO DE HORAS)

Será dispensado o acréscimo de salário se o excesso de horas trabalhadas em um dia for compensado pela correspondente diminuição de jornada ou folgas compensatórias noutros dias das semanas seguintes, de maneira que não exceda no período, máximo de 06 (seis) meses.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Na hipótese de rescisão do contrato de trabalho, sem que tenha havido a compensação integral da jornada extraordinária, na forma no caput retro, fará o trabalhador jus ao pagamento das horas extras não compensadas, calculadas sobre o valor da remuneração na data da rescisão. Não se admitindo, em qualquer hipótese, o desconto de valores referentes à eventuais horas negativas em Banco de Horas;

PARÁGRAFO SEGUNDO - Caso haja trabalho superior a 08 (oito) horas diárias nos finais de semana, (sexta, sábado e domingo), tendo em vista a diminuição da jornada do empregado durante a semana, fica autorizada a compensação das referidas horas excedentes, sendo que, aquelas excedentes às 10 horas diárias, não poderão ser objeto de compensação.

CLÁUSULA 48ª – DOS CURSOS PROFISSIONALIZANTES

O contrato de trabalho poderá ser suspenso por um período de dois a cinco meses, para participação do empregado em cursos de qualificação profissional, ficando ressalvado que durante referido tempo nenhuma remuneração será paga ao empregado, vez que estará recebendo bolsa de estudos do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador).

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Quando solicitado pela empresa a realização de cursos profissionalizantes ou não, visando o aprimoramento profissional do empregado, não será computado como jornada de trabalho ou horas extras o período em que o mesmo estiver realizando referidos cursos, desde que as despesas decorrentes do ensino sejam custeadas pelo empregador.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Caso o evento seja realizado no período considerado como turno de trabalho, não será descontado do empregado o tempo em que o mesmo permanecer realizando o curso.

CLÁUSULA 49ª – VALE TRANSPORTE

Os empregados que se utilizarem de meio de transporte próprio para comparecerem ao trabalho não fazem jus ao recebimento do vale transporte.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Os Empregados que se utilizarem de meio de transporte "próprio", para ir e virem do trabalho, não fazem "jus" ao recebimento do Vale Transporte, neste caso, PODERÁ o Empregador, DE FORMA FACULTATIVA, conceder-lhes AUXÍLIO DESLOCAMENTO.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Tal liberalidade, não constituirá em hipótese alguma, parcela de natureza salarial, e/ou acessórios delas decorrentes;

CLÁUSULA 50ª – JORNADA 12 x 36

Faculta-se ao empregador a instituição ou manutenção, em parte, ou em todos os setores das empresas vinculadas a este Instrumento Normativo, de jornada de doze (12) horas de trabalho, por 36 (trinta e seis) de descanso, garantindo aos Empregados o Piso Salarial estipulado na cláusula 5ª.

PARÁGRAFO ÚNICO – Deverá ser concedido ao funcionário que trabalha nesta jornada, o intervalo de 01 (uma) hora dentro do período das 12 horas de trabalho, tal condição não significa plus salarial.

CLÁUSULA 51ª – ATESTADO MÉDICO E ODONTOLÓGICO

O atestado médico e odontológico deverá ser entregue na empresa no prazo máximo de 02 dias úteis após a jornada faltosa. Facultando a empresa a liberalidade, desde que custeie as despesas, a ratificar o referido atestado, pelo médico conveniado ou não, dentro de 48 horas a partir do seu recebimento.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Não serão aceitos atestados médicos por motivos de correções plásticas estéticas, salvo em caso necessidade por acidente de trabalho.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Na hipótese necessidade do empregado, fazer acompanhamento à filho menor, por motivo de internação hospitalar, é facultado à Empresa, compensar eventuais faltas ao trabalho, desde que justificadas por competentes atestados médico-hospitalares;

CLÁUSULA 52ª – SALÁRIOS IN NATURA

As empresas que fornecerem benefícios in natura (alimentação, veículos, moradia) aos seus empregados, tais utilidades não integrarão as remunerações recebidas.

CLÁUSULA 53ª – ACORDOS COLETIVOS - ARQUIVAMENTOS

As partes ajustam que, quando da celebração de Acordo Coletivo entre o Sindicato Profissional e um empregador, ou vice-versa, o Sindicato representativo da categoria (Trabalhadores) deverá obrigatoriamente comparecer assinando o termo.

Os referidos Acordos Coletivos, quando firmados, deverão ser enviados em Cópias ao Sindicato Patronal, para arquivo e ciência dos Empregadores.

CLÁUSULA 54ª – JORNADA EM TEMPO PARCIAL

Fica autorizado à empresa, adotarem o regime de tempo parcial, conforme artigo 58º A e seus parágrafos da CLT, desde que, haja anuência expressa por escrito do funcionário.

CLÁUSULA 55ª – AUTORIZAÇÃO PARA FUNCIONAMENTO

Fica convencionado entre os Sindicatos convenentes, que o comércio abrangido por esta convenção poderá funcionar em dias de feriados e domingos, sem que haja necessidade de quaisquer outras autorizações sindicais.

CLÁUSULA 56ª – BENEFÍCIO MÉDICO/ASSISTENCIAL

Caso o empregado optar, à sua escolha, em filiar-se às suas expensas a qualquer plano de saúde assistencial, deverá comunicar sua decisão ao empregador, ficando este obrigado a descontar o valor da mensalidade em folha de pagamento, repassando-o à entidade indicada pelo empregado.

Caso a empresa, em comum acordo com o funcionário fôrça um plano de saúde custeado no todo ou em parte, o funcionário neste caso só poderá apresentar atestado médico deste plano de saúde, não sendo aceito em nenhuma hipótese outra fonte de atestado médico.

CLÁUSULA 57ª – DAS AUSÊNCIAS POR FALECIMENTO:

Em caso de falecimento de ascendente e/ou descendentes diretos, pai, mãe, filho, esposo (a) / companheiro (a), excetuando-se o prazo previsto em lei, fica à critério da Empresa, a liberação do empregado pelo prazo de 05 (cinco) dias adicionais, a contar da data da ocorrência do fato, que deverá ser devidamente comprovado por atestado de óbito, sob pena de ter descontado os dias faltantes;

PARÁGRAFO ÚNICO – Fica estabelecido, que os dias de folgas do Empregado, previsto neste Caput, deverão ser objeto de Compensação de Horas, em favor da Empresa, que por sua liberalidade a concederem.

CLÁUSULA 58ª – CONTRIBUIÇÃO CONFEDERATIVA NEGOCIAL

Nos meses de março e/ou abril de 2013, os empregadores contribuirão com o sindicato patronal a título de contribuição confederativa NEGOCIAL patronal, os valores da tabela abaixo, e que será repassada ao Sindicato Patronal, mediante boleto bancária própria a ser fornecida pelo Sindicato patronal.

Descrição do Estabelecimento	Valor da Contribuição
Autônomo, ambulantes e estabelecimentos sem empregados	R\$ 148,00
Estabelecimentos com até 5 empregados	R\$ 167,00
Estabelecimentos c/6 à 25 empregados	R\$ 243,00
Estabelecimentos c/26 a 100 empregados	R\$ 382,00
Estabelecimentos com mais de 100 empregados	R\$ 898,00

CLÁUSULA 59ª - DATA BASE DA CATEGORIA

Ratificam as partes, a data base da Categoria para o dia 1º (primeiro) de JANEIRO, para todos os efeitos legais.

CLÁUSULA 60ª – DURAÇÃO DA CONVENÇÃO COLETIVA E ABRANGÊNCIA TERRITORIAL

A presente Convenção Coletiva de Trabalho vigorará de 01 de janeiro de 2013 à 31 de dezembro de 2013, impondo-se o seu reconhecimento nos termos da norma expressa no inciso XXVI, do artigo 7º, da Constituição Federal, sendo que as cláusulas avençadas obedeceram ao princípio negociado de troca, onde ocorreu o consenso, abrangendo as regiões e cidades abaixo relacionadas:

TRIÂNGULO MINEIRO – Água Comprida - Araguari - Araporã - Cachoeira Dourada - Campina Verde Campo Florido - Canápolis - Carneirão - Cascalho Rico - Capinópolis - Centralina - Conquista - Guanhães - Indianópolis - Ipiacaçu - Itapagipe - Ituiutaba - Iturama - Limeira do Oeste - Monte Alegre de Minas - Pirajuba - Prata - Santa Vitória - São Francisco Sales - Tupaciguara - Uberlândia

ALTO PARANAÍBA – Abadia dos Dourados - Camo do Paranaíba - Coromandel - Cruzeiro da Fortaleza - Douradoquara - Estrela do Sul - Grupiara - Guimarães - Itai de Minas - Lagoa Formosa - Matutina - Monte Carmelo - Nova Ponte - Pedrinópolis - Rio Paranaíba - Romaria - Santa Rosa da Serra - São Gotardo - Tiros.

NOROESTE DE MINAS GERAIS – Guarda Mor - Presidente Olegário.

CLÁUSULA 61ª – REGISTRO

E, para que produza seus legais e jurídicos efeitos, a presente Convenção Coletiva de Trabalho foi lavrada em 06 (seis) Vias de igual teor e forma, as quais serão levadas a depósito junto à Delegacia Regional do Trabalho de Minas Gerais, e a critério da partes, registradas junto ao Cartório de Títulos e Documentos da Comarca.

Uberlândia, 11 de dezembro de 2013.

LEONARDO SCROCCHIO POMPONI – Presidente
CPF-MF nº 015076286-09

SINDICATO INTERMUNICIPAL DE HOTÉIS, RESTAURANTES, BARES E
SIMILARES DO TRIÂNGULO MINEIRO, ALTO PARANAÍBA E NOROESTE DE
MINAS GERAIS – SIHRBS – TAN
CNPJ: 21.244.066/0001-05

ADEILMO PEDRO DE SOUZA – Presidente
CPF-MF nº 052.247.721-68

SINDICATO DOS EMPREGADOS EM TURISMO E HOSPITALIDADE EM
UBERLÂNDIA E ALTO PARANAÍBA – SETH/TAP
CNPJ: 19.042.324/0001-10

LEILA ABADIA GONÇALVES
OAB/MG: 67.272-B

SALOMÃO AFRONE JUNIOR
OAB/MG: 82.472-B